



EUNICE MICHILLES (PFL-AM)¹

**Discurso pronunciado em 14 de setembro de 1988 – Publicado no DCD 15-set. 1988, p. 3042.
(Planejamento familiar)**

Menção a dispositivo da nova Constituição Federal que assegura direito ao planejamento familiar, com recursos educacionais e científicos propiciados pelo Estado; necessidade da ação do estado no amparo ao planejamento familiar, notadamente as classes sociais mais carentes.

EUNICE MICHILES (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nova Carta Constitucional, no Capítulo VII, art. 229, § 7º, diz que “o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais e privadas”.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, esse é o coroamento de uma luta de longos e longos anos de um grupo de idealistas que, vencendo tabus, ignorância e preconceitos, conseguiu ver inserida na nova Carta este artigo.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser este dispositivo uma grande conquista social, quando atribui ao Estado o dever de propiciar recursos educacionais e científicos para que os casais possam exercer o direito de livremente determinar o número de filhos que desejam ter; contudo, não é demais lembrar que já em 1970, na conferência de Bucareste, o Brasil assinava importante documento em que se comprometia a universalizar as informações e os meios para que todos os casais pudessem praticar uma paternidade consciente e responsável, e reconhecia naquele documento que “esse não deveria ser um privilégio das famílias abastadas”. Mas a verdade é que nada, ou muito pouco foi feito neste sentido desde então.

¹ Biografia completa acessar:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=106496

É bem verdade que a taxa de natalidade no Brasil vem decrescendo, o que pode levar à falsa ilusão de que é dispensável a ação do Estado nesse assunto. Mas num exame mais atencioso se verificará que a taxa de natalidade vem caindo significativamente apenas nas classes alta e média e que continua alta nas classes mais pobres, especialmente no interior do País; este fato conduz a uma situação cada vez mais grave, pois alto número de nascimentos dá exatamente na classe que tem menos condições., o que tem agravado o número de menores carentes e abandonados e a população marginalizada de nosso País.

O número de abortos praticados no Brasil dá a dimensão do que significa a ausência de um programa de planejamento familiar, pois nenhuma mulher aborta porque gosta ou ache elegante, mas pela falta de um eficiente planejamento familiar. O pior do aborto é seu alto custo em vidas, além do custo financeiro. Calcula-se que a metade do sangue consumido em todas as transfusões é usado em abortos malsucedidos, e que metade dos leitos obstétricos são ocupados por pacientes que provocaram o aborto.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar registrado o meu apelo no sentido de que o governo universalize as informações e os meios para que o planejamento familiar deixe de ser privilégio de famílias abastadas, e que um programa bem elaborado, com a participação de toda a sociedade, alcance os sertões, as caatingas e os beiradões deste Brasil.

Alcançar este objetivo, evidentemente, não será difícil, pois está pronta toda a estrutura, basta que se acionem os diversos ministérios, como Saúde, Educação, Previdência social, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como as Secretarias Estaduais e Municipais afins, com os clubes de serviço como o Lions, Rotary, Adesg, com a colaboração das igrejas, para que, em pouco tempo se tenha alcançado esta meta.

Minha preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que este artigo, de objetivos tão justos, venha a se tornar letra morta, apenas um adorno para a nossa Constituição, e que os programas que estão em andamento no Ministério da Saúde, pela sua timidez, não alcancem exatamente a mulher que precisa, a

mais pobre, a mais desvalida, que terá de continuar gerando os filhos que não deseja e que engrossarão cada vez mais a legião de marginalizados deste País.